



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD

ANDERSON ANDRADE DEPIZOL

**A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS ÁTONOS
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

BRASÍLIA
Outubro de 2006

ANDERSON ANDRADE DEPIZOL

**A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS ÁTONOS
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília como pré-
requisito para a obtenção de Certificado
de Conclusão de Curso de Pós-
graduação *Lato Sensu*, na área de Língua
Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a. Francisca Cordelia
Oliveira da Silva

BRASÍLIA
Outubro de 2006

ANDERSON ANDRADE DEPIZOL

**A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS ÁTONOS
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília como pré-
requisito para a obtenção de Certificado
de Conclusão de Curso de Pós-
graduação *Lato Sensu*, na área de Língua
Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a. Francisca Cordelia
Oliveira da Silva

Brasília, ____ de outubro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Francisca Cordelia Oliveira da Silva

Prof^a. Tânia Cristina S. Cruz

Para os meus pais e
os meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras e aos professores do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, Texto e Discurso do UniCeub por tudo que ensinaram a mim e a meus colegas nos últimos dois anos.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Prof^a. Cordelia, pela atenção e pelo apoio constantes, pela força nos momentos de dificuldades e por todas as recomendações e sugestões que foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Evidentemente, as imperfeições que subsistem apesar de todos os esforços da Prof^a. Cordelia são de minha inteira responsabilidade.

Quero também agradecer aqui a todos os colegas de turma, companheiros de trabalho da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pela oportunidade de compartilhar esses dois anos de um convívio muito agradável e enriquecedor. Com certeza, além de um aprendizado que certamente reverterá em benefício das atividades profissionais por nós desenvolvidas, também adquirimos ou reforçamos laços de amizade e companheirismo que, como diz aquela famosa propaganda, não têm preço...

Agradeço ao Prof. Francisco Platão Savioli, com quem tive o privilégio de um convívio por anos enquanto trabalhava no Curso Anglo Vestibulares de São Paulo. Foi um desses encontros que mudam o rumo das nossas vidas. O que aprendi com ele jamais poderia retribuir, por mais que me esforçasse. Resta somente registrar na forma de gratidão essa dívida impossível de saldar.

Por fim, agradeço à minha família e aos meus amigos pelos tantos ensinamentos e pela companhia nesta jornada.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo verificar a existência de diferenças relevantes entre dez as opiniões dos gramáticos brasileiros, no que diz respeito às regras de colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos no português do Brasil. Para apurar essas diferenças, foram escolhidas dez gramáticas da língua portuguesa voltadas para o público brasileiro e comparadas algumas das regras de colocação pronominal tais como apresentadas por essas gramáticas. A análise de dados permitiu constatar a existência de diferenças significativas entre as dez gramáticas no que diz respeito às regras de colocação pronominal. Na conclusão, aponta-se como razão para essas divergências o distanciamento entre as prescrições da gramática normativa e a língua efetivamente utilizada pelos falantes do português no Brasil, inclusive aqueles que dominam as variantes mais prestigiadas. Para reduzir essa distância, o trabalho conclui pela necessidade de atualizar a descrição da norma-padrão, com base em pesquisas recentes sobre a linguagem dos falantes mais prestigiados, a exemplo do Projeto NURC.

Palavras-chave: 1. colocação pronominal; 2. pronomes átonos; 3. pronomes oblíquos.

ABSTRACT

This work aims to check the existence of significant differences between Brazilian grammarians' opinions concerning rules the position of atonic objective pronouns in Portuguese. In order to check the existence of these differences, I chose ten grammar books available in Brazilian bookstores and compared some of those rules, as they were presented by each of those grammar books. This research confirmed the existence of the mentioned differences. It is due to the lack of correspondence between rules of grammarians and speakers' usage in Brazil concerning the position of atonic objective pronouns. In order to reduce this gap, Brazilian grammarians could use in standard language description the results of important linguistic researchs, such as Projeto NURC.

Key-words: 1. pronoun position; 2. atonic pronoun; 3. objective pronoun.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. METODOLOGIA	4
1.1. Hipótese de trabalho, questões e procedimentos de pesquisa	4
1.2. Análise qualitativa de dados.....	6
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	11
2.1 Norma culta e norma-padrão.....	11
2.2. A categoria gramatical dos pronomes pessoais oblíquos átonos.....	16
3. ESTUDO COMPARATIVO.....	23
3.1. Orações subordinadas, conjunções subordinativas e pronomes relativos	25
3.2. Início de frase.....	29
3.3. Depois de pausa ou elemento topicalizado.....	32
3.4. Frases ou orações interrogativas, pronomes e advérbios interrogativos.....	33
3.5. Frases ou orações optativas	36
3.6. Pronomes indefinidos e advérbios	38
3.7. Locuções verbais	40
3.8. Outras regras	45
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXO 1 Pequena "antologia pronominal"	54
ANEXO 2 Poema de João Cabral de Melo Neto	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pronomes pessoais da língua portuguesa	18
Quadro 2: Siglas adotadas para a indicação das obras	23

INTRODUÇÃO

A colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos consiste em um daqueles tópicos nos quais os professores se vêem obrigados a gastar uma grande dose de “energia didática”, geralmente em troca de uma recompensa bastante modesta. É certo que as regras da chamada norma culta¹ sobre colocação pronominal não correspondem ao uso prevalente nem mesmo entre os falantes do idioma tidos como cultos. Essa distância entre a norma e o uso, se já é evidente na modalidade falada do português no Brasil, também se faz notar, ainda que em menor grau, na escrita. Passa da hora, portanto, de atualizar essas regras de colocação pronominal, e é curioso observar que entre alguns gramáticos essa necessidade de revisão do tema já se faz sentir, como se verá adiante².

Dentro das limitações de tempo e de ambição a que deve estar sujeita a elaboração de uma monografia de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, não seria o caso de postular quais seriam essas regras mais adequadas de colocação pronominal. O objeto deste trabalho, bem mais modesto, consiste na comparação entre regras de colocação dos pronomes oblíquos átonos, tais como são apresentadas em gramáticas disponíveis no mercado editorial brasileiro. A intenção presente na escolha dos textos submetidos à comparação foi mesclar gramáticas de reconhecido prestígio no meio acadêmico, como as de Bechara e

¹ Esse termo será discutido mais adiante, no capítulo referente aos pressupostos teóricos, p. 4 e seguintes.

² Penso, particularmente, em Perini, muito embora outros autores também apontem traços do português do Brasil discrepantes do uso lusitano nessa matéria – apenas, adotam uma atitude um tanto evasiva no que diz respeito ao seu uso como formas aceitáveis na escrita, como será explicitado no capítulo referente à análise dos dados.

Celso Cunha, com obras didáticas e paradidáticas, que teoricamente seriam de mais fácil acesso ao público. Entre as muitas regras relativas ao assunto, a opção foi por concentrar a análise naquelas em que as discrepâncias se mostravam mais evidentes.

A idéia de realizar esta comparação resultou da minha experiência como usuário do idioma e de gramáticas no meu dia-a-dia profissional. Mais de uma vez, tive a curiosidade de ver como um certo assunto seria tratado por mais de uma gramática, e o resultado várias vezes foi constatar a existência de discrepâncias notáveis. É o caso, por exemplo, da concordância verbal, assunto da predileção da Professora Marta Scherre, que vem muito bem mostrando a inconsistência da gramática normativa nesse particular (SCHERRE, 2005). Quando se compara o que várias gramáticas dizem sobre o assunto, pode-se até mesmo concluir que o assunto deveria ser chamado de “discordância verbal”, em vez de concordância...

No caso da colocação pronominal, a situação não é muito diferente. É certo que, com relação a alguns tópicos fundamentais, existe um evidente consenso. Por exemplo, não encontrei nenhum gramático que aceitasse a ênclise com um “não” antes do verbo – isso, claro, se não houver pausa entre esse “não” e o verbo, porque nesse caso tudo muda... Não foi difícil, porém, perceber numa observação rápida a ocorrência de divergências dignas de nota, o que me motivou a realizar a comparação que consiste no ponto central deste trabalho.

Se a análise confirmar, como se espera, a existência de diferenças relevantes no tratamento da matéria por parte dos diferentes autores, isso poderá ser interpretado como um indício da artificialidade das prescrições da norma culta relativas a esse tema, desprendidas do uso real por parte dos falantes das variantes

prestigiadas e baseadas numa tradição lusitana que já não reflete a situação da língua portuguesa no Brasil de hoje.

A propósito, vale a pena observar que, desde o início do século passado, autores como Oswald de Andrade vêm salientando a artificialidade das normas de colocação pronominal, descoladas da realidade do idioma. A título de curiosidade, nos anexos são apresentados, além do famoso poema “pronominais”, de Oswald, um texto de Monteiro Lobato e outro de Luís Fernando Veríssimo que abordam de maneira crítica e bem-humorada esse tópico da nossa gramática normativa e vêm sendo usados com certa freqüência em livros didáticos e exames vestibulares.

Ficam delineados, assim, os traços fundamentais deste trabalho. Depois de um capítulo em que serão apresentados os fundamentos teóricos exigidos por uma pesquisa desta natureza e de outro com os pressupostos metodológicos, passarei à comparação propriamente dita, e a partir dos seus resultados serão apresentadas as pertinentes conclusões.

A expectativa é a de que este trabalho possa consistir numa contribuição, por mais modesta que seja, a um conjunto de pesquisadores que vem lutando pela atualização das nossas gramáticas, de modo a diminuir um pouco as agruras dos professores de Português, que hoje se vêm na contingência de impingir a alunos (justificadamente) recalcitrantes regras descoladas do uso social, como se o “português das gramáticas” fosse para eles uma língua estrangeira.

1. METODOLOGIA

1.1. Hipótese de trabalho, questões e procedimentos de pesquisa

O ponto central do trabalho consiste em um estudo comparativo, com o objetivo de detectar diferenças com relação a regras de colocação dos pronomes átonos nas obras de diversos gramáticos. A hipótese de trabalho é que existem diferenças significativas no que diz respeito ao conteúdo dessas regras, conforme apresentadas por dez gramáticas disponíveis no mercado editorial brasileiro.

Uma primeira observação diz respeito ao critério de escolha dessas dez obras. Como já se indicou na introdução, o intuito foi mesclar gramáticas de reconhecido prestígio no meio acadêmico, como Cunha (1985) e Bechara (1999), com outras de cunho didático ou paradidático, entre as quais se contam as de Savioli (1985) e Pasquale (1998). Também incluí Perini (1995), que busca apresentar uma descrição gramatical inovadora, embora isso se faça sentir um pouco menos no tópico que interessa a este estudo.

A metodologia de análise adotada foi a qualitativa, por meio da qual vou procurar responder às seguintes questões:

1. Existem diferenças significativas entre as dez gramáticas analisadas no que diz respeito à apresentação das regras de colocação dos pronomes átonos?

2. *Caso a resposta à questão anterior seja afirmativa, o que causa essas diferenças?*

Para encontrar resposta a essas questões, foram adotados os seguintes procedimentos:

1. Observação aleatória dos tópicos de diferentes gramáticas concernentes às regras de colocação pronominal, com a identificação por amostragem de algumas diferenças relevantes.

2. Delimitação de um conjunto de dez gramáticas como material para a análise, de forma a contemplar obras de características diversas, embora todas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa.

3. Identificação dos tópicos em que as diferenças de tratamento do assunto se mostraram mais relevantes para os fins deste trabalho.

4. Leitura de referenciais teóricos capazes de contribuir para o esclarecimento das questões de pesquisa, especialmente a questão 2.

Sem dúvida, pode ser alegado um certo grau de subjetividade na escolha das dez obras. No entanto, além da dificuldade de identificação de um critério de seleção puramente objetivo no caso, pode-se considerar que a simples demonstração das divergências num número razoável de autores pode ser uma indicação segura de que essas discrepâncias (ou até mesmo outras) também estarão presentes em outras gramáticas.

No que diz respeito à análise das regras, foram deixadas de lado aquelas em que as diferenças não se mostraram significativas. A análise comparativa se

concentrou, portanto, nos tópicos em que pareceram mais evidentes as discrepâncias cuja detecção constitui o ponto central desta monografia.

Ainda com respeito à metodologia do trabalho, cabe justificar a opção pela análise qualitativa, de forma a ressaltar a sua relevância para a pesquisa no campo das ciências humanas e sociais.

1.2. Análise qualitativa de dados

Flick (2004) destaca os seguintes aspectos da pesquisa qualitativa, numa abordagem preliminar: “apropriabilidade de métodos e teorias”; “perspectivas dos participantes e sua diversidade”; “reflexividade do pesquisador e da pesquisa”; “variedade de abordagens e métodos” (FLICK, 2004, pp. 20-22).

Desses quatro aspectos, o primeiro se mostra presente de forma mais nítida nesta monografia. Pela apropriabilidade de métodos e teoria, Flick (2004) busca exprimir a possibilidade de utilização de métodos abertos que sejam adequados aos objetos de pesquisa, de acordo com a sua complexidade. Conforme observa o autor:

(...) avalia-se a validade do estudo com referência ao objeto que está sendo estudado, sem seguir, exclusivamente, critérios acadêmicos de ciência como na pesquisa quantitativa. Ao contrário, os critérios centrais, na pesquisa qualitativa, consistem em determinar se as descobertas são embasadas em material empírico e se os métodos foram adequadamente selecionados e aplicados ao objeto em estudo.

No caso desta monografia, a preocupação foi buscar um método que evidenciasse o contraste em um tópico da língua portuguesa a respeito do qual seria de esperar o consenso ou, no máximo, algumas poucas divergências. É certo que o método comparativo também se prestaria a uma análise quantitativa, com a medição numérica de convergências e divergências entre autores, percentuais de gramáticos que assumem essa ou aquela posição, etc.

Seria mesmo possível postular, com relação a cada regra (ou conjunto de regras) que trate de um mesmo ponto – por exemplo, a próclise diante de advérbios – qual a posição dominante e reconstruir a totalidade das regras com base na opinião dominante entre os gramáticos a respeito de cada uma delas. Isso destoaria completamente, porém, do objeto desta pesquisa, que pretende reconhecer nas divergências entre os gramáticos um indício da artificialidade das regras por eles propostas, como já salientado. Por isso, a abordagem qualitativa, que permitirá uma comparação seletiva, mais adequada ao objeto de pesquisa, de acordo com esse aspecto da pesquisa qualitativa salientado por Flick (2004).

A diversidade de perspectivas dos participantes também se faz notar nesta pesquisa. Embora os dados tenham sido obtidos por meio da leitura de livros, eles nada mais são do que o reflexo dos estudos, convicções e preferências dos gramáticos que os elaboraram, ou mesmo da finalidade para a qual foram escritos. Assim, por exemplo, a gramática de Savioli (1985), voltada inicialmente para candidatos a vestibulares e concursos, teve que ater-se de forma sucinta a uma norma-padrão adequada a esses objetivos³.

³ Numa nota pessoal, tendo tido a sorte e o privilégio de trabalhar por algum tempo para o autor, lingüista com enorme sensibilidade para os fatos do nosso idioma, posso assegurar que, com relação a vários tópicos em que gramáticos mais apegados à tradição ainda resistem, Savioli adota uma

Da mesma forma, Perini (1995), ao adotar uma postura inovadora e escrever uma gramática voltada antes de mais nada para os próprios gramáticos e professores de português, fica livre para questionar abordagens tradicionais e reconhecer incertezas em passagens nas quais outros gramáticos oferecem soluções nem sempre correspondentes à realidade do idioma.

O exemplo dessa outra postura, que me reservo o direito de criticar sem cautelas, é Almeida (1999). Além da postura preconceituosa – que Bagno (2004b) põe em evidência de uma forma muito feliz –, Napoleão Mendes de Almeida reiteradamente alça suas preferências pessoais à condição de norma, por vezes recorrendo a conceitos vagos e de comprovação difícil ou impossível, como “eufonia” (ver 3.1.7) para “embasar” suas opiniões. Da mesma forma, a análise mostrará que, mesmo em passagens nas quais todos os demais autores aqui estudados aceitaram uma inovação do português do Brasil com respeito à colocação predominante em Portugal, Napoleão recusa a novidade, em favor da norma mais conservadora (ver 3.7.8).

De forma bastante próxima ao aspecto anterior, também é característico da análise qualitativa que a própria subjetividade do pesquisador esteja inserida no processo de pesquisa. Como observa Flick (2004): “As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa” (FLICK, 2004, p. 22). No caso, em momento algum deixo de reconhecer que a minha postura é de crítica ao imobilismo da gramática normativa – mais

postura arejada e realista, de acordo com a língua efetivamente usada pelos falantes da variante mais prestigiada.

Apenas, tendo em vista as tantas “armadilhas” ou “pegadinhas” que, infelizmente, ainda caracterizam boa parte das provas de concurso e exames vestibulares, não resta ao autor de uma

concretamente, dos gramáticos – diante da necessidade de reconhecer características do português do Brasil já consagradas pelo uso, inclusive dos falantes da variante mais prestigiada.

Se a minha postura fosse de apego à norma mais conservadora, é evidente que o resultado deste trabalho seria muito diverso: certamente, uma crítica dos autores que destoam do padrão mais conservador, e um elogio aos seus defensores. No caso, porém, o objetivo não é elogiar ou criticar ninguém (ressalvado, claro, o direito a uma ou outra maledicência diante do conservadorismo empernado...). É, sim, utilizar a divergência entre aqueles que, em princípio, seriam responsáveis pela manutenção do padrão conservador como instrumento para a denúncia da artificialidade desse mesmo padrão.

Finalmente, o último aspecto tratado por Flick (2004), que me parece diretamente relacionado ao primeiro, diz respeito à variedade de abordagens e métodos na pesquisa qualitativa. Entre essas várias abordagens que a pesquisa qualitativa faculta às ciências sociais, o autor ressalta as seguintes:

“Os pontos de vista subjetivos são um primeiro ponto de partida. Uma segunda corrente de pesquisa estuda a elaboração e o curso das interações, ao passo que uma terceira busca reconstruir as estruturas do campo social e o significado latente das práticas” (FLICK, 2004, p. 22).

Bauer e Gaskell (2004) exploram outro aspecto da questão, ao criticar a oposição pura e simples da pesquisa qualitativa à quantitativa. A diferenciação entre os dois gêneros de pesquisa é estabelecida pelos autores de forma simples e direta:

obra destinada a esse público senão prepará-lo para ser cobrado a respeito do domínio de uma modalidade bastante conservadora da linguagem.

A pesquisa quantitativa lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados, e é considerada pesquisa *hard*. O protótipo mais conhecido é a pesquisa de levantamento de opinião. Em contraste, a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa *soft*. O protótipo mais conhecido é, provavelmente, a entrevista em profundidade. (BAUER e GASKELL, 2004, pp. 22-23)

Em vez de defenderem uma ou outra linha de pesquisa, os autores buscam justamente superar essa polêmica que consideram improdutiva, e ressaltam a necessidade de verificar, em cada caso, qual forma de pesquisa a mais adequada, isso quando não é o caso de usar mais de um método na mesma pesquisa, ou seja, reconhecer as vantagens do pluralismo metodológico.

O que é necessário é uma visão mais holística do processo de pesquisa social, para que ele possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, a coleta de dados, a análise dos dados e a apresentação dos resultados. Dentro deste processo, diferentes metodologias têm contribuições diversas a oferecer. Necessitamos de uma noção mais clara das vantagens e desvantagens funcionais das diferentes correntes de métodos, e dos diferentes métodos dentro de uma corrente (BAUER e GASKELL, 2004, p. 26).

Pode-se concluir que, no campo das ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa tem uma grande contribuição a oferecer, nada justificando que seja considerada “menos científica” pelo simples fato de não traduzir seus resultados em números. No caso desta pesquisa, conforme se justificou, tratava-se da abordagem mais adequada ao objeto de estudo, daí a adoção dessa perspectiva metodológica nesta monografia.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este tópico está dividido em duas partes. Na primeira, o ponto central consiste na discussão a respeito das noções de norma culta e norma-padrão, decisivos para o desenvolvimento deste trabalho. Na segunda, o foco se transfere para a compreensão da categoria gramatical dos pronomes pessoais do caso oblíquo átono.

2.1. Norma culta e norma-padrão

Como já se evidencia pela introdução, esta monografia tem que lidar com o conceito de norma culta, uma vez que se propõe investigar como diversas gramáticas buscam traduzir o que seriam as prescrições da norma culta no que diz respeito à colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos. Há diferentes propostas de conceituação da norma culta, e o objetivo deste trabalho não é discutir qual seria a melhor delas, e muito menos propor uma nova. Cabe, porém, analisar alguns desses conceitos que se encontram na literatura atual sobre lingüística no Brasil e verificar qual ou quais deles seriam mais adequados ao objetivo desta pesquisa.

Um primeiro ponto que parece inquestionável diz respeito à própria existência de uma norma culta em uma língua como a portuguesa. Trata-se de uma

circunstância decorrente do fenômeno da variação lingüística. Pode-se postular a existência de uma língua sem variações no caso de uma língua artificial, como o esperanto, ou no de uma língua natural restrita a uma pequena comunidade – e ainda assim, nesses casos, seria possível de esperar a existência de variações pessoais ou situacionais.

No caso de uma língua que se espalha por um território vasto e é falada por uma grande quantidade de pessoas, como é o caso do português no Brasil, a ocorrência de variações no uso dessa língua consiste num dado inexorável. Essas variações podem ocorrer em razão de fatores variados, entre os quais convém destacar dois: o fator espacial, que dá causa a variantes regionais; e o fator social, que dá origem a variantes sociais, tanto as populares como a culta.

A norma culta se apresenta, portanto, como uma variante social do idioma, que corresponde àquela usada pelos grupos dominantes da região hegemônica em um país, tanto do ponto de vista econômico como político. Na definição de Carlos Alberto Faraco,

a expressão *norma culta* deve ser entendida como designando a norma lingüística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social. (FARACO, *in* BAGNO, 2004, p. 40).

Um primeiro ponto que deve ser levado em consideração é o de que não há nenhum critério puramente lingüístico que permita reconhecer uma certa variante lingüística como superior a outra. Em princípio, todas as línguas – e, em cada língua, todas as suas variantes – têm aptidão para atender às necessidades de expressão

de seus usuários. O domínio de uma certa variante lingüística sobre outra está intrinsecamente ligado ao domínio que o grupo usuário da variante mais prestigiada exerce sobre outros grupos, usuários de variantes menos prestigiadas, tidas como formas “erradas”, “corrompidas” ou “estigmatizadas” da língua.

Feita essa ressalva quanto à natureza social – e não lingüística – dos critérios de escolha de uma certa variante do idioma como a norma culta, é preciso reconhecer que, nas complexas sociedades contemporâneas organizadas em torno de Estados nacionais, não se pode evitar a eleição de uma certa variante lingüística como a norma a ser ensinada nas escolas, veiculada pelos meios de comunicação social, utilizada nos tribunais e em outras situações formais – enfim, a existência de algo como o que vem até aqui se denominando norma culta é um dado de realidade em sociedades modernas e complexas, como a brasileira.

Neste passo, vale a pena discutir a adequação do termo “norma culta”. Bagno (2003) destaca a ambigüidade desse termo: “Mas o que é, afinal, essa *norma culta*? Ela se refere ao que é (ao *normal*, ao freqüente, ao habitual) ou ao que *deveria ser* (ao *normativo*, ao elaborado, à regra imposta)” (BAGNO, 2003, p. 42). Desenvolvendo sua argumentação, Bagno desdobra essa ambigüidade fundamental em dois conceitos distintos. A norma que “deveria ser” corresponde a

(...) uma língua ideal, baseada (supostamente) no uso dos grandes escritores (do passado, de preferência), um modelo abstrato (que não corresponde a nenhum conjunto real das regras que governam a atividade lingüística por parte dos falantes de carne e osso). (Bagno, 2003, p. 50).

Para essa acepção do termo “norma culta”, Bagno prefere a denominação de *norma-padrão* (reconhecendo que seriam possíveis outros, como “*língua-padrão*, *dialeto-padrão* e *variante-padrão*”⁴).

A outra acepção do termo “norma culta”, por sua vez, diz respeito a uma entidade de existência real, para além das elaborações dos gramáticos. Recorrendo mais uma vez a Bagno:

A outra definição que se dá ao rótulo de *norma culta* se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população. Esta é a noção de *norma culta* que vem sendo empregada em diversos empreendimentos científicos como, por exemplo, o Projeto NURC (Norma Urbana Culta), que desde o início dos anos 1970 vem documentando e analisando a linguagem efetivamente usada pelos *falantes cultos* de cinco grandes cidades brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), sendo estes *falantes cultos* definidos por dois critérios de base: escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos. Trata-se, portanto, de um *conceito* de *norma culta*, um termo técnico estabelecido com critérios relativamente mais objetivos e de base empírica (Bagno, 2003, p. 51).

Essa citação longa se justifica não só pela nova conceituação de norma culta, mas também pela referência ao Projeto NURC, que oferece uma base mais sólida para a definição do padrão a ser adotado para a língua portuguesa no Brasil, como se discutirá mais adiante, ainda neste tópico. Por enquanto, convém acrescentar que Bagno propõe a denominação de “*variantes de prestígio* ou *variantes prestigiadas*” (BAGNO, 2003, p. 64) para essa segunda acepção de norma culta, vinculada à realidade social e não as preferências dos gramáticos. A rejeição à expressão “norma culta” se justifica, além de sua ambigüidade, pela circunstância de que ela traz implícito um preconceito, o de que apenas ela constituiria veículo de cultura e as outras normas ou variantes seriam “incultas”. Trata-se de uma concepção

evidentemente injustificável quando se leva em conta, como salienta Bagno, que “do ponto de vista sociológico e antropológico, simplesmente *não existe nenhum ser humano que não esteja vinculado a uma cultura*” (Bagno, 2003, p. 58)

Pelas razões expostas, em vez de “norma culta”, será usada a denominação *norma-padrão* para indicar essa variante do idioma concebida pelos gramáticos como a modalidade de linguagem a ser ensinada na escola e utilizada nas situações formais. Dada a contingência da adoção de uma norma-padrão, resta estabelecer os critérios para o seu reconhecimento.

Perini (2005) aborda esse ponto, mesmo sem aprofundar a discussão. Ele entende que a literatura dificilmente constituiria esse corpo exemplar, já que uma de suas características está justamente no desvio da norma, com finalidades expressivas. A norma propriamente dita, segundo ele, deveria ser encontrada na linguagem empregada pelos jornais e livros técnicos (PERINI, 2005, pp. 86-88).

Ainda que constitua um avanço com relação a um modelo mais conservador – baseado, por exemplo, na linguagem empregada por escritores portugueses e brasileiros do século XIX, ou mesmo anteriores –, mostra-se insuficiente a proposta de Perini, uma vez que a língua usada pelos jornais e livros técnicos não contempla diversos usos já consagrados mesmo entre os falantes cultos, e que só não ocorrem mais na escrita por força do rígido controle exercido tanto pelo aparelho escolar como pelos “comandos paragramaticais” a que se refere Marcos Bagno⁵.

⁵ Bagno apresenta a seguinte definição de “comandos paragramaticais”: “É todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, ‘consultórios gramaticais’ por telefone e por aí afora...” (BAGNO, 2004b, p. 76).

Se a intenção é ter a norma-padrão menos como uma fantasmagoria e mais como algo próximo da linguagem realmente utilizada pelos brasileiros – no caso, pelos falantes das variantes prestigiadas – faz-se necessário contemplar também os resultados de pesquisas como a Norma Urbana Culta – NURC, mencionada acima, que analisam a linguagem efetivamente usada pelos falantes cultos do português nos grandes centros urbanos no país. Se um mesmo desvio com relação à norma escolar conservadora for constatado em falantes cultos das diversas regiões do país, isso sem dúvida é sinal de que o “desvio” se tornou a própria norma⁶.

Por enquanto, ainda estamos alguns passos atrás nesse aspecto. As gramáticas em que os professores se baseiam para ensinar o português refletem, sobretudo, um uso conservador, que tem dificuldades para reconhecer as peculiaridades do português praticado atualmente no Brasil. Trabalhos como os de Marcos Bagno abrem novos caminhos para a atualização da norma-padrão, e é nessa perspectiva que esta pesquisa se insere.

2.2. A categoria gramatical dos pronomes pessoais oblíquos átonos

Ainda quanto aos fundamentos teóricos desta pesquisa, antes de iniciar a comparação entre as gramáticas no que diz respeito à colocação dos pronomes

⁶ Apenas para dar um exemplo claro e recorrente disso fora do campo da colocação pronominal, podemos pensar na regência do verbo “assistir”, com o sentido de “ver”, como transitivo direto – já aceita, por sinal, por um dicionário de regência mais atualizado, como o de Celso Pedro Luft (LUFT, 1999, p. 79).

possíveis oblíquos átonos, vale a pena tratar sucintamente de alguns aspectos relacionados à categoria dos pronomes pessoais do caso oblíquo átonos, começando pela sua própria denominação. Ressalte-se que, ao longo do estudo, será preferida a designação mais econômica de *pronomes átonos*, suficiente para identificar no contexto o objeto deste trabalho.

Conforme uma definição recorrente nas gramáticas, os pronomes pessoais são aqueles que expressam as pessoas do discurso: a primeira pessoa exprime quem fala; a segunda pessoa, a quem se fala; a terceira pessoa, de quem se fala⁷.

Uma primeira subclassificação dos pronomes pessoais decorre de seu comportamento sintático. Aqueles que têm o papel de sujeitos da oração são denominados “pronomes retos”, ou “pronomes do caso reto”, enquanto os que exercem função de complemento são os “pronomes oblíquos” ou “pronomes do caso oblíquo”, que se dividem, por sua vez, em *tônicos* (aqueles que dispõem de acentuação fonética própria, de maneira que são pronunciados de forma independente) e *átonos* (aqueles que, por oposição, não possuem acentuação fonética própria e são pronunciados conjuntamente com o verbo a que estão vinculados). A tabela a seguir apresenta o quadro dos pronomes do português tal como prescrito pelas gramáticas.

⁷ Nesse sentido, Cunha (1985), p. 269, e Rocha Lima (1992), p. 110.

Quadro 1: Pronomes pessoais da língua portuguesa

PESSOAS GRAMATICAIAS	PRONOMES PESSOAIS		
	CASO RETO	CASO OBLÍQUO	
		TÔNICOS	ÁTONOS
1ª pessoa do singular	eu	mim, comigo	me
2ª pessoa do singular	tu	ti, contigo	te
3ª pessoa do singular	ele, ela	si, consigo, ele, ela	se, o, a, lhe
1ª pessoa do plural	nós	nós, conosco	nos
2ª pessoa do plural	vós	vós, convosco	vos
3ª pessoa do plural	eles, elas	si, consigo, eles, elas	se, os, as, lhes

Recorde-se que os pronomes oblíquos tônicos são usados apenas quando regidos de preposição. Também vale a pena salientar que os pronomes oblíquos podem ser ou não reflexivos, conforme se refiram ou não à mesma pessoa do sujeito. São exclusivamente reflexivos os pronomes *se*, *si* e *consigo*, enquanto os demais podem se comportar como reflexivos ou não, dependendo do contexto – exceção feita a *o*, *os*, *a*, *as*, *lhe*, *lhes*, que representam apenas a terceira pessoa não-reflexiva. Não se insistirá nesse ponto, tendo em vista que não se trata de distinção que afeta a colocação dos pronomes átonos, especificamente.

É curioso observar que, embora as gramáticas repitam as categorias – constantes na Nomenclatura Gramatical Brasileira –, não explicam o seu significado, deixando alunos e professores às voltas com uma palavra “esotérica” como oblíquo... No Dicionário Caldas Aulete encontramos uma explicação para o

“mistério”. Entre as diversas acepções de “oblíquo”, esse dicionário registra a seguinte: “(Gram.) Diz-se dos casos da declinação, excetuado o nominativo, que se chama *caso direto*” (CALDAS AULETE, 1964, p. 2811).

Enfim, o mistério começa a se desfazer... Como é sabido, os pronomes oblíquos constituem um resquício de declinação no português, uma herança daquilo que era o mecanismo fundamental do latim para marcar as funções sintáticas. Da mesma forma como o português possui terminações específicas para o feminino ou o plural (chamadas desinências), o latim possuía essas terminações para marcar as funções sintáticas correspondentes ao que, em português, chamamos de sujeito, vocativo, adjunto adnominal, objeto direto, objeto indireto e adjunto adverbial – e que correspondiam em latim, respectivamente, aos casos nominativo, vocativo, genitivo, acusativo, dativo e ablativo.

Uma noção simples de caso seria, portanto, a maneira de escrever uma palavra de acordo com sua função sintática. Em latim, os substantivos, adjetivos e pronomes tinham flexão de gênero, número e caso⁸. Já em português, o português preservou a flexão de caso apenas para os pronomes pessoais, restringindo-a, porém, a uma oposição entre o caso do sujeito, chamado de “direto” ou “reto”, e todas as funções de complemento (objeto direto, objeto indireto, adjunto adverbial, complemento nominal), englobadas no “caso oblíquo”.

⁸ Isso, curiosamente, resultou em português na expressão equivocada “concordo com você em gênero, número e grau”, trocando-se o caso pelo grau, que não gera concordância (basta pensar em “casinha agradável”), já que não se trata de flexão, e sim de derivação.

Resta apenas saber por que se usariam os termos “reto” e “oblíquo” para se referir aos casos. Nos exercícios latinos de declinação, era usual iniciá-la pelo sujeito. Assim:

ROSA, AE	ROSA (nominativo) ROSA (vocativo) ROSAE (genitivo) ROSAM (acusativo) ROSAE (dativo) ROSA (ablativo)
----------	--

Se fôssemos traçar linhas ligando a palavra a declinar aos seus diversos casos, a única linha reta seria a do caso nominativo, que corresponde ao sujeito. As demais linhas seriam oblíquas. Resolvido o mistério, há mais alguns pontos que merecem ser discutidos.

Ao contrário do que poderia sugerir a descrição presente nas gramáticas, os pronomes pessoais constituem um verdadeiro foco de dificuldades e controvérsias no português do Brasil.

No que diz respeito aos pronomes retos, vale a pena mencionar apenas uma, que acaba por interferir em nosso objeto de estudo. Nossas gramáticas insistem em apresentar a segunda pessoa como “tu” para o singular e “vós” para o plural, enquanto as formas de uso largamente dominante “você” e “vocês” ainda são classificadas como pronomes de tratamento – uma subcategoria dos pronomes pessoais, de acordo com a NGB. Claro que o pronome “tu” ainda é usado como variante regional – principalmente no Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – mas a forma hoje hegemônica é, sem dúvida, “você”. Ocorre que, para denominar a

segunda pessoa como objeto, é freqüente o recurso à forma “te”. Teríamos aqui a “mistura de pessoas gramaticais”, condenada pelos puristas.

Além disso, uma outra dificuldade diz respeito aos pronomes átonos, em particular aos de terceira pessoa. As formas *o*, *os*, *a*, *as*, *lhe*, *lhes* ocorrem na fala com cada vez menos freqüência, sendo substituídas pelas formas *ele(s)*, *ela(s)* mesmo entre falantes da variante de prestígio, ao menos em situações informais.

O lingüista Mattoso Câmara (1998) descreve de forma bastante realista da situação do sistema pronominal do português do Brasil, tomando como referência a situação do Rio de Janeiro. Convém observar que, embora sua obra tenha sido elaborada há quase cinquenta anos⁹, ele expõe uma situação da língua muito mais atual do que a dos gramáticos consultados.

(...) Na área do Rio de Janeiro (...) e alhures, no português do Brasil, a adoção de *você* como tratamento de intimidade, num registro informal, introduz a forma adverbial *te* ao lado de *o*, *a* ou *lhe*, e assim aquela forma fica intercambiável com estas duas.

Remodelação mais profunda do sistema consiste em deslocar *lhe* (com a mesma amplitude de *me* e *te*) para forma adverbial correspondente a *você* e *o senhor*. Ao mesmo tempo, na terceira pessoa propriamente dita, se eliminam *o*, *a* e *lhe* (no plural *os*, *as* e *lhes*) em proveito de *ele* (-a, -s) em qualquer função na frase. É a rigor o registro que vigora na área do Rio de Janeiro (MATTOSO CÂMARA, 1998, p. 120).

Apenas a título de esclarecimento, por forma “adverbial” o autor exprime justamente os pronomes átonos, que se apresentam no período invariavelmente junto ao verbo. Quanto ao *lhe*, efetivamente se nota uma tendência, especialmente na linguagem policiada, de usá-lo tanto como objeto indireto quanto como objeto direto em correspondência ao pronome *você* ou *o senhor*, como, por exemplo, em

⁹ O prefácio do autor é de 1969.

“Gostei de falar com você, volto a *lhe* procurar na semana que vem” (exemplo meu). Desnecessário dizer que esse uso é condenado pela gramática tradicional, que aceita o emprego do *lhe* apenas como objeto indireto, não podendo, portanto, comportar-se como o complemento de um verbo transitivo direto, como, no caso, *procurar*.

Essas observações têm o objetivo de dar um panorama mais realista da situação dos pronomes átonos no português do Brasil. Na conclusão, serão retomados esses aspectos da questão.

3. ESTUDO COMPARATIVO

O estudo se baseia na comparação entre dez gramáticas disponíveis no mercado brasileiro, com respeito a certas regras de colocação pronominal em que se notavam divergências entre os autores.

Na menção às obras, adotei as siglas constantes do Quadro 2:

Quadro 2: Siglas adotadas para a indicação das obras

SIGLA	AUTOR	TÍTULO	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
AGK	Adriano da Gama Kury	<i>Português Básico</i>	KURY, 1990
CCLC	Celso Cunha e Lindley Cintra	<i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i>	CUNHA & LINDLEY CINTRA, 1985
CPL	Celso Pedro Luft	<i>Moderna Gramática Brasileira</i>	LUFT, 2002
EB	Evanildo Bechara	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	BECHARA, 1999
FPS	Francisco Platão Savioli	<i>Gramática em 44 Lições</i>	SAVIOLI, 1985
LAS	Luiz Antonio Sacconi	<i>Gramática Essencial Ilustrada</i>	SACCONI, 1994
MAP	Mário A. Perini	<i>Gramática Descritiva do Português</i>	PERINI, 1995
NMA	Napoleão Mendes de Almeida	<i>Gramática Metódica da Língua Portuguesa</i>	ALMEIDA, 1999
PCNUI	Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante	<i>Gramática da Língua Portuguesa</i>	CIPRO NETO & INFANTE, 1998
RL	Carlos Henrique da Rocha Lima	<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i>	ROCHA LIMA, 1992

A “inspiração” para adotar esse recurso das siglas veio do interessante artigo de Orlene Lúcia de Sabóia Carvalho, *Variação Lingüística e Ensino*, incluído em Bagno (2004). Apenas, dada a recorrência da palavra *Gramática* nos títulos das obras, mostrou-se conveniente usar siglas baseadas nos nomes dos autores, que tornariam mais rápida e intuitiva a “decodificação” das informações abaixo.

Do mesmo artigo retirei o método de exposição que me pareceu o mais conveniente para o assunto em exame. Para cada um dos itens que serão analisados, apresentei a visão de cada uma das gramáticas analisadas, em ordem alfabética de sigla de autor, e um comentário a respeito das convergências e divergências detectadas. Conforme já ressalvei no capítulo referente à metodologia, em vez de esgotar as regras de colocação pronominal, optei por concentrar a análise naquelas em que as divergências se faziam mais evidentes.

Antes de passar à análise propriamente dita, cabe fazer uma última observação. Embora o objetivo deste trabalho seja constatar a existência de diferenças quanto ao conteúdo das regras de colocação pronominal, à primeira vista já é possível constatar grandes diferenças entre as gramáticas escolhidas no que diz respeito à apresentação dessas regras. Algumas optam por apresentar as regras de próclise, ênclise e mesóclise separadamente, e depois as regras relativas à colocação de pronomes em locuções verbais (CN, FPS, NMA); outras fazem somente uma distinção entre as regras referentes à colocação pronominal com um só verbo e as relativas à colocação dos pronomes no caso de locuções verbais (CC, EB, RL); finalmente, um terceiro grupo adota ordens variadas na exposição (AGK, CPL, LAS, MAP).

Uma vez que esta monografia não possui finalidade didática, a questão da ordem de exposição assume menor relevância. Foram escolhidas, entre a grande variedade de regras presentes nas gramáticas, algumas em que as divergências se revelaram mais notáveis. A maior parte delas diz respeito aos chamados fatores determinantes da próclise, entre os quais se incluem o que vários gramáticos denominam “palavras atrativas”, como as palavras de sentido negativo, advérbios, pronomes relativos, interrogativos e indefinidos e conjunções subordinativas Perini (1995) reconhece as divergências entre os gramáticos quanto a esses “fatores de atração: *“Todas as gramáticas mencionam o fato de que certos itens ‘atraem’ o clítico, de maneira que quando esses itens iniciam a oração somente a próclise é possível; no entanto, não há muito consenso sobre quais são exatamente esses itens”* (PERINI, 1995, p. 231).

Além desses tópicos com relação aos quais existe maior divergência entre os autores, incluí uma comparação quanto às regras de colocação pronominal com locuções verbais, dado o interesse em estudar um tópico em que o uso tipicamente brasileiro veio, por fim, a ser aceito, ainda que com ressalvas.

3.1. Orações subordinadas, conjunções subordinativas e pronomes relativos

A aparente convergência dos gramáticos quanto a esta regra oculta uma divergência relevante, como será observado nos comentários.

3.1.1. AGK. Afirma que “se coloca o pronome átono *antes*¹⁰ do verbo se este vier precedido de pronome relativo (...) ou de conjunção subordinativa” (p. 142).

3.1.2. CCLC. Para os autores, é “preferida” a próclise “nas orações subordinadas desenvolvidas, ainda quando a conjunção esteja oculta” (pp. 301-2).

3.1.3. CPL. Inclui pronomes relativos e conjunções subordinativas numa regra genérica segundo a qual se usa a próclise “com partículas QU”, categoria que compreende também pronomes exclamativos e interrogativos. Essa simplificação, sem dúvida com intenções didáticas, traz a dificuldade de pôr fora da regra pronomes relativos como *onde* e *cujo* e conjunções subordinativas como *se* (integrante ou adverbial condicional) e *embora* (adverbial concessiva) (p. 39).

3.1.4. EB. Formula a regra da seguinte forma: “Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada” (p. 588). A ressalva “em geral” é explicada pelo autor em seguida numa nota, em que observa a possibilidade de ocorrer a ênclise em dois casos: quando houver duas subordinadas coordenadas entre si, a ênclise pode ocorrer na segunda oração subordinada; quando ocorre a intercalação de palavras ou orações, de forma a aparecer uma pausa antes do verbo, também pode ser usada a ênclise (pp. 588-9).

3.1.5. FPS. Inclui pronomes relativos e conjunções subordinativas entre as “palavras atrativas” que determinam o uso da próclise (p. 205).

3.1.6. LAS. Refere-se à existência de “fator de próclise”, entre os quais inclui “conetivo” (p. 355). Ressalte-se a inadequação do termo escolhido, uma vez que no conceito de *conetivo* – ou *conectivo*, de acordo com a grafia adotada pela

¹⁰ O itálico está no original.

Nomenclatura Gramatical Brasileira (FERREIRA, 1999, p. XXVII) – também se incluem, além de pronomes relativos e conjunções subordinativas, as conjunções coordenativas e as preposições¹¹

3.1.7. MAP. Afirma que em orações subordinadas “a próclise é possível (ou mesmo obrigatória, por força da Restrição à Ênclise)” (p. 230) e, depois de reconhecer a falta de consenso quanto aos “itens atrativos” dos pronomes átonos, observa que são sempre mencionados os pronomes relativos (p. 231).

3.1.8. NMA. Inclui pronomes relativos e conjunções subordinativas na lista de “partículas que, para efeito de eufonia, atraem o pronome oblíquo”. Além do recurso à discutível noção de “eufonia”, também se nota a inadequação para descrever pronomes relativos e conjunções subordinativas que têm mais de uma sílaba (*cujo, onde, quando, porque, embora*), sem contar as locuções conjuntivas subordinativas, que fogem completamente ao conceito de “partículas” (à medida que, à proporção que, desde que). O autor também afirma que a partícula perde o valor atrativo se houver “pausa” ou “distância” que a separe do verbo (pp. 496-7).

3.1.9. PCNUI. Os autores afirmam que a próclise “tende a ocorrer” depois de pronomes relativos e conjunções subordinativas (p. 558).

3.1.10. RL. Afirma ser “obrigatória” a próclise nas orações subordinadas (p. 452).

3.1.11. Comentário. A principal divergência que se nota entre os autores neste tópico diz respeito à obrigatoriedade da próclise em todas as orações subordinadas, ou apenas naquelas em que o pronome relativo ou conjunção

¹¹ No “Dicionário de Lingüística” organizado por Dubois *et alli* (1997), consta no verbete “conectivo”: “Em gramática tradicional, nome genérico do termo que estabelece conexão: pronomes e advérbios

subordinativa se encontra imediatamente antes do verbo. NMA é o mais explícito ao defender a segunda posição, ao afirmar que tanto a pausa como a distância são fatores que desobrigam o uso da próclise.

AGK, CPL, FPS, LAS e PCN também se orientam pelo critério da caracterização das conjunções subordinativas e dos pronomes relativos como palavras atrativas, em vez de estender o uso da próclise a todas as orações subordinadas. CPL e LAS optaram pela simplificação, optando por noções (respectivamente, “partículas QU” e “conetivos”) que conduziram a impropriedades.

CCLC, EB e RL – por sinal, os três autores responsáveis pela elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira – optaram pelo critério de oração.

MAP, por sua vez, acaba por não seguir claramente nenhum dos critérios, uma vez que num primeiro momento se refere ao critério de oração, e depois cita entre os “itens atrativos” o pronome relativo.

A relevância dessa divergência fica evidente no exemplo a seguir, colhido em NMA (p. 497): “É que nós conhecemos a vida pública dos visigodos, e não a sua vida íntima, *enquanto* os séculos da Espanha restaurada revelam-*nos* a segunda”. Para os autores que defendem o critério da próclise nas subordinadas, essa colocação seria incorreta. Já para os que consideram apenas obrigatória a próclise se a conjunção subordinativa ou pronome relativo estiver imediatamente antes do verbo, a opção pela ênclise seria aceitável.

3.2. Início de frase

Este é um dos tópicos em que é mais nítida a discrepância entre o registro lusitano e o brasileiro no que diz respeito à colocação pronominal. Discrepância também há no tratamento dado à matéria pelos gramáticos, como se verá a seguir.

3.2.1. AGK. De forma sucinta (como, aliás, é característico nessa obra), o autor afirma, com relação à língua escrita: “Não se começa frase com pronome átono” (p.142)¹². AGK ressalva que “se usa” a anteposição do pronome na língua falada.

3.2.2. CC. Curiosamente, nesta gramática não há menção direta à proibição de iniciar a frase com um pronome átono. Em vez disso, os autores esclarecem inicialmente que a ênclise seria a posição “lógica, natural” desse pronome (p. 300). Depois ressaltam que em diversos casos essa colocação pode ou deve ser evitada, e apresentam os diversos fatores que determinam a próclise ou a mesóclise.

Somente ao fim da exposição, quando ressaltam as diferenças entre as diferenças na colocação brasileira e portuguesa (p. 307), os autores apresentam como característica do português do Brasil, “principalmente no colóquio normal”, a possibilidade de começar frases com esses pronomes, “especialmente com a forma *me*”.

3.2.3. CPL. Segundo o autor, a próclise “destoaria” (p. 39) em início de frase “em linguagem culta formal, em escritos de erudição e estilo elevado”. Nesse caso, a ênclise seria “de norma”. Mais adiante, o autor ressalva: “A próclise no início da

¹² No original, em negrito.

frase é um dos traços da fala brasileira (...) espontânea – popular e familiar”. Também é usada “nos escritos que procuram imprimir um tom coloquial, intimista ou descontraído”.

3.2.4. EB. O autor inicialmente prescreve: “Não se inicia período por pronome átono” (p. 588). Depois, em nota logo a seguir, relativiza esse princípio, reconhecendo que ele se aplica à “língua exemplar” e é desrespeitado “em nosso falar espontâneo”. Ainda observa, em uma consideração sobre a linguagem dos autores modernistas, que mesmo na fala não ocorre a próclise inicial com os pronomes *o, a, os, as*.

3.2.5. FP. Também de forma sucinta (a exemplo de AGK), o autor afirma: “Não se inicia a frase com pronome oblíquo átono” (p. 206).

3.2.6. LAS. Inicialmente, o autor inclui “iniciar período com pronome oblíquo” entre os “casos inadmissíveis” de colocação pronominal (p. 353). Mais adiante, ele ressalva tanto a diferença entre fala e escrita, como entre os usos dominantes no Brasil e em Portugal, e cita como exemplo justamente a nossa tendência a iniciar períodos com pronomes oblíquos (p. 356).

3.2.7. MAP. O autor inclui o caso numa formulação genérica de restrição à próclise: “É mal formada toda oração que contenha proclítico no início de estrutura oracional não-subordinada ou logo após elemento topicalizado”, ou seja, deslocado para o início da oração (p. 229)¹³. Mais adiante, porém, ressalta que “essas frases ocorrem normalmente na língua falada e com frequência na escrita”, e considera “muito conservadora” a modalidade da língua que adota aquela restrição.

¹³ O exemplo citado pelo autor é “*Ontem à noite, me comporte mal”, que seria uma frase mal construída por não ter observado essa restrição à próclise.

3.2.8. NMA. O autor é taxativo ao prescrever que “não se pode iniciar um período com pronome oblíquo”¹⁴ e atribui a regra a uma exigência de prosódia segundo a qual “o pronome oblíquo deve apoiar-se no acento do verbo” (p. 492).

3.2.9. PCNUI. Para os autores, no início da frase “a próclise é típica da língua coloquial brasileira e é usada na escrita quando se pretende reproduzir a língua falada” (p. 558). Já na língua culta escrita, é a ênclise que “deve ser observada no início das frases”.

3.2.10. RL. O autor não considera a possibilidade de próclise em início de período. De acordo com ele, a ênclise é a “posição normal dos pronomes átonos” (p. 450), e ela se dá, entre outros casos, “quando o verbo abrir o período”.

3.2.11. Comentários. A maioria dos autores (AGK, CCLC, CPL, EB, LAS, MAP, PCNUI), depois de rejeitar direta ou indiretamente a próclise em início de frase na linguagem escrita culta, constata que se trata da colocação mais freqüente na linguagem falada no Brasil. Apenas CCLC e LAS fazem referência direta neste tópico ao contraste entre os usos brasileiro e lusitano.

MAP chama a atenção por reconhecer que a vedação à próclise em início de período diz respeito a uma modalidade de linguagem “muito conservadora”. Em outra passagem, esse autor será ainda mais explícito a respeito, como se verá mais adiante.

Para três autores, (FPS, NMA, RL), a possibilidade de colocação do pronome em início da frase não foi considerada, mesmo com relação à língua falada. NMA se destaca (negativamente) ao oferecer uma explicação de duvidosa procedência para

¹⁴ Em itálico no original.

essa colocação, uma vez que o pronome não necessita estar enclítico para “apoiar-se no acento do verbo”. Do ponto de vista fonético, uma forma como “Me contaram” constitui uma única palavra, e todo o grupo tem a sílaba “-ta-” como a única tônica.

3.3. Depois de pausa ou elemento topicalizado

3.3.1. CCLC. Segundo os autores, “sempre que houver pausa entre um elemento capaz de provocar a próclise e o verbo, pode ocorrer a ênclise” (p. 304).

3.3.2. EB. Menciona o caso apenas com relação aos advérbios, para indicar que, se houver pausa entre o advérbio e o pronome, “indicada ou não por vírgula”¹⁵ (p. 589), “o pronome pode vir antes ou depois do verbo”.

3.3.3. FPS. De acordo com o autor, “havendo pausa antes do verbo, a ênclise é mais freqüente que a próclise” (p. 206).

3.3.4. MAP. O autor é o único a usar o termo “elemento topicalizado”, que vem a ser um elemento colocado no início do período e destacado por vírgula, como no exemplo a seguir, por ele apresentado (p. 24): “*Ontem à noite, me comportei mal”. Nesse exemplo, “Ontem à noite” vem a ser o elemento topicalizado, e a frase é considerada mal formada de acordo com a restrição à próclise já enunciada no tópico anterior.

¹⁵ No original, entre parênteses.

3.3.5. NMA. Para o autor, a pausa constitui uma exceção às regras de próclise, baseada numa questão de eufonia. A pausa faz as palavras reconhecidas como fatores de próclise perderem a “força atrativa”, de forma que o pronome passar a ser posicionado depois do verbo (pp. 496-497).

3.3.6. RL. Embora usando termos mais simples, adota a mesma posição de NMA: “Havendo pausa, impõe-se a ênclise” (p. 452).

3.3.7. AGK, CPL, LAS, PCNUI. Não mencionam a regra.

3.3.8. Comentário. Aqui fica nítida uma primeira divergência entre os que levam a regra em consideração e os que não fazem menção a ela. Além disso, entre os seis autores que a mencionam, três consideram no caso a ênclise obrigatória (MAP, NMA e RL), enquanto três a consideram facultativa (CCLC, EB, FPS). Além disso, CCLC, NMA e RL tratam da questão da pausa relacionando-a aos “fatores atrativos” determinantes da próclise; EB a relaciona somente à regra dos advérbios; MAP, à de elementos topicalizados; e FPS trata das pausas de forma geral, não importando o antecedente.

3.4. Frases ou orações interrogativas, pronomes e advérbios interrogativos

3.4.1. AGK. Determina que fique antes do verbo o pronome átono “nas frases começadas com os pronomes e os advérbios interrogativos”. Embora isso não fique

claro na formulação da regra pelo autor, os seis exemplos por ele utilizados sugerem que a regra diz respeito sempre aos pronomes ligados a verbos colocados imediatamente após os pronomes ou advérbios interrogativos: “Quem *te* chamou?” (pp. 142-3).

3.4.2. CCLC. Refere-se ao uso de próclise “nas orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos” (p. 301). A exemplo de AGK, os exemplos usados trazem sempre o verbo ao qual se liga ao pronome átono logo depois do pronome ou advérbio interrogativo.

3.4.3. CPL. Inclui o caso na regra das “partículas QU”, valendo aqui as mesmas restrições já feitas em 3.1.3. A título de exemplo, basta pensar no advérbio interrogativo *como*, que ficaria excluído dessa regra simplificadora.

3.4.4. EB. Para o autor, “não se pospõe ou intercala pronome átono a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa” (p. 589).

3.4.5. FPS. Inclui as “frases interrogativas” entre os “tipos de frase que exigem próclise” (p. 206).

3.4.6. LAS. Para o autor, “usa-se a próclise”, entre outros casos, “em qualquer oração (....) interrogativa direta” (p. 355).

3.4.7. MAP. Inclui entre os “casos de ‘atração’¹⁶” os “interrogativos” (p. 231). Curiosamente, traz um exemplo em que o pronome interrogativo não está imediatamente antes do verbo: “Que gato o arranhou?”

3.4.8. NMA. Não menciona a regra.

¹⁶ O autor põe a palavra *atração* entre aspas (p. 231).

3.4.9. PCNUI. Para os autores, a próclise “tende a ocorrer”, entre outras situações, após pronomes interrogativos (p. 558).

3.4.10. RL. Segundo o autor, é “obrigatória” a próclise “nas orações interrogativas, começadas por pronomes ou advérbios interrogativos” (pp. 451-2). Convém observar que, antes de formular essa regra, quando ainda tece considerações genéricas sobre o uso da próclise e da ênclise, o autor usa o seguinte exemplo, retirado de Eça de Queirós: “– Ah! o Melo conhece-os?” (p. 451).

3.4.11. Nesse conjunto de regras, a primeira divergência consiste na adoção do critério da frase (ou oração, havendo aqui mais uma oscilação de nomenclatura) ou do critério da palavra interrogativa.

No que diz respeito ao termo de valor interrogativo, AGK, CCLC e RL se referem a pronomes e advérbios interrogativos, MAP se refere aos “interrogativos”, de forma genérica”, EB diz, simplesmente, “palavra interrogativa”, CPL se refere à “partícula QU” e PCNUI menciona apenas os pronomes interrogativos (o que deixaria de fora os advérbios interrogativos).

FPS e LAS se prendem exclusivamente ao critério da frase ou oração, comece ou não com pronome ou advérbio interrogativo. Assim, o exemplo citado por RL (ver 3.4.10) estaria em discrepância com a prescrição dos autores. Já de acordo com a formulação de CPL e PCNUI (e mesmo de MAP, se nos ativermos apenas à regra e não ao exemplo), seria razoável supor que numa frase começada por pronome interrogativo, mas em que o verbo e o pronome átono não se encontre logo após esse interrogativo, a próclise deixaria de ser obrigatória, como, por exemplo, em “Por que as estradas de ferro brasileiras encontram-se abandonadas?”

Já AGK, CCLC, EB e RL combinam em suas formulações o critério da palavra com o da oração, referindo-se (com flutuações na terminologia), a frases iniciadas com pronomes ou advérbios interrogativos como determinantes para a próclise.

Convém observar, por fim, que é muito semelhante a situação das regras referentes a frases ou orações exclamativas e a pronomes e advérbios interrogativos, razão pela qual não se repetirá a análise para esse conjunto de regras¹⁷.

3.5. Frases ou orações optativas

No caso de frases ou orações optativas, que exprimem desejo e têm como marca o uso do modo subjuntivo, há uma interessante variação nas regras, como se verá a seguir.

3.5.1. AGK. Afirma que o pronome fica antes do verbo “nas frases que exprimem desejo (=optativas)” (p. 143).

3.5.2. CCLC. Para os autores, é “preferida” a próclise “nas orações que exprimem desejo (optativas)” (p. 302).

¹⁷ Em menor escala, uma divergência semelhante quanto a adotar o critério da oração ou da palavra atrativa ocorre até mesmo naquela que seja talvez a mais divulgada das regras de próclise. Enquanto a maioria dos autores prescreve que se deve usar a próclise diante de palavras negativas, NMA e RL afirmam que a próclise é obrigatória nas orações negativas.

3.5.3. EB. Determina o emprego da próclise “nas orações exclamativas e optativas, com o verbo no subjuntivo e sujeito anteposto ao verbo” (p. 591). Segundo o autor, a próclise corresponde no caso a uma das “posições fixas” estabelecidas pela tradição (p. 591).

3.5.4. FPS. Está de acordo com EB, e torna a regra ainda mais explícita: “Nas frases optativas (aquelas que exprimem desejo), se o sujeito vem antes do verbo, usa-se a próclise; se o sujeito vem depois do verbo, usa-se a ênclise” (p. 206).

3.5.5. LAS. Para o autor, usa-se a próclise em “qualquer” oração optativa (p. 355) – assim como em qualquer exclamativa ou interrogativa direta, como consta em 3.4.6.

3.5.6. NMA. Prescreve o uso da próclise nas orações optativas (p. 495).

3.5.7. RL. Considera a próclise “obrigatória” nas orações optativas (p. 452).

3.5.8. CPL, MAP e PCNUI. Não mencionam a regra.

3.5.9. Comentários. Existe uma primeira e fundamental distinção entre a maioria de autores que menciona a regra e o grupo que não a leva em consideração, apontado em 3.5.8. Além disso, entre os que usam essa regra, a maioria considera a próclise obrigatória ou preferível em todas as orações optativas (AGK, CCLC, LAS, RL), enquanto EB e FPS restringem a obrigatoriedade da próclise às orações optativas com sujeito anteposto ao verbo, afastando-a no caso em que essas orações vem com sujeito posposto, hipótese não considerada pelos demais autores.

3.6. Pronomes indefinidos e advérbios

É freqüente, embora não consensual (por sinal, fica cada vez mais evidente que há pouco de consensual nesse território...), que os autores apresentem conjuntamente as regras relativas a pronomes interrogativos e advérbios, no grupo das “palavras atrativas”.

3.6.1. AGK. Segundo o autor, “costuma o pronome anteceder o verbo se a frase contiver certos pronomes indefinidos e advérbios (...)”. Em seguida, cita exemplos de pronomes indefinidos e advérbios que teriam esse efeito de provocar a próclise. A dificuldade evidente, aqui, consiste na palavra “certos”, que deixa ao leitor a difícil tarefa de decidir quais elementos desses grupos geram ou não próclise (p. 143).

3.6.2. CCLC. Ambos os casos são incluídos entre aqueles em que “a língua portuguesa tende à próclise pronominal”: “quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (*bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez*, etc.) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe”; “quando o sujeito da oração, anteposto ao verbo, contém o numeral *ambos* ou algum dos pronomes indefinidos (*todo, tudo, alguém, outro, qualquer*, etc.)” (p. 303). Além de trazer novas condições para a próclise nesses casos (ausência de pausa no caso de advérbios, presença no sujeito e posição anterior ao verbo no caso dos indefinidos), faz-se presente também a incerteza quanto a quais advérbios seriam causadores da próclise. Já quanto aos pronomes indefinidos, o autor leva a entender que a regra se aplica a todos eles.

3.6.3. EB. Menciona apenas os advérbios, afirmando que “não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula)” (p. 589). Como CCLC, o autor condiciona a próclise diante de advérbios à ausência de pausa, mas leva a entender que a regra se aplica à generalidade dos advérbios.

3.6.4. FPS. Inclui tanto advérbios como pronomes indefinidos entre os termos atrativos, causadores da próclise (p. 205).

3.6.5. MAP. Não menciona diretamente nenhuma das categorias. Em vez disso, constata as divergências entre as gramáticas: “Todas as gramáticas mencionam o fato de que certos itens ‘atraem’ o clítico (...); no entanto, não há muito consenso sobre quais são exatamente esses itens” (p. 231). Depois, a título de exemplo, menciona alguns “elementos” que pertencem à classe dos pronomes indefinidos (“*tudo, nada, alguém, ninguém*”) e dos advérbios (“*bem, mal, ainda, já, sempre*”) (pp. 231-2).

3.6.6. LAS. O autor inclui na categoria de “fator de próclise” o advérbio e também o “pronome substantivo”, e dá como um dos exemplos o indefinido “tudo” (p. 355). Embora fuja um pouco da regra em análise, cabe ressaltar que a categoria dos pronomes substantivos inclui a dos pronomes pessoais, de forma que, para o autor, a próclise é obrigatória diante de “ele”, “ela”, “nós”, etc.¹⁸

3.6.7. NMA. Entre as “partículas” que atraem o pronome átono (ver 3.1.8), o autor inclui os advérbios e os pronomes indefinidos (p. 495).

¹⁸ Trata-se de uma visão oposta à de um autor como, por exemplo, AGK, segundo o qual “É indiferente a colocação quando o sujeito, em orações declarativas, é um pronome pessoal ou um substantivo” (p. 143). O autor dá como exemplos “Ela me disse” e “Ela disse-me”, frases que considera igualmente corretas.

3.6.8. RL. Considera “obrigatória” a próclise “com advérbios e pronomes indefinidos, sem pausa”. É explícito na ressalva, ao afirmar: “havendo pausa, impõe-se a ênclise” (p. 452).

3.6.9. CPL, PCNUI. Não mencionam a regra.

3.6.10. A principal divergência aqui está entre os autores que apontam como palavras capazes de provocar a próclise todos os advérbios e pronomes indefinidos (EB, FPS, LAS, NMA, RL) e aqueles que fazem alguma ressalva, mesmo sem dar maiores indicações de quais elementos dessas categorias não seriam considerados geradores de próclise (AGK, CCLC, MAP).

Cabe ressaltar a postura diferenciada de MAP, que reconhece a divergência entre os gramáticos quanto à lista de “itens atrativos”. Além disso, não deixa de ser curioso observar que os três autores da Nomenclatura Gramatical Brasileira (Celso Cunha, Bechara e Rocha Lima) fazem referência à ausência de pausa como condição para que se verifique a próclise diante de advérbios.

3.7. Locuções verbais

Tem-se, aqui, um conjunto mais ou menos extenso de regras que, em geral, prescrevem que a ênclise é sempre possível diante dos verbos principais no infinitivo ou gerúndio e vedada diante dos participípios. Assim, “queria contar-me” e “estava

contando-me” são consideradas pelos vários autores formas corretas, enquanto “*tinha contado-me” não é uma forma aceita – e, de fato, não ocorre entre os falantes do português, a não ser em caso de hipercorreção, que conjuga um domínio imperfeito das regras (confusas, creio que neste ponto já se pode afirmar) das regras de colocação pronominal com o desejo de usar a forma prescrita pela norma culta, que acaba parecendo ser, em boa parte dos casos, a menos natural.

Quando associado ao verbo auxiliar, o pronome átono acaba seguindo as mesmas regras aplicáveis à colocação com um só verbo. Assim, será vedada a ênclise em “*ela não deixava-me concentrar”, a mesóclise¹⁹ parecerá a única colocação aceitável (tendo em vista a restrição tanto à próclise em início de período como à ênclise ao particípio) em “Ter-me-iam contado tudo, se tivesse havido tempo”, e assim por diante.

O mais interessante neste item é observar o tratamento que os vários autores dispensam à colocação pronominal que se tornou a mais freqüente no Brasil com locuções verbais e que vem a ser a próclise ao verbo principal: “Ela queria me contar”, “Ela estava me contando”, “Ela tinha me contado”, sem o hífen que indicaria a ênclise ao verbo auxiliar. Observe-se que essa colocação prevalece mesmo quando ocorrem fatores de próclise antes do verbo auxiliar, como em “Ela não estava me contando”.

¹⁹ A regra da mesóclise com o futuro do presente e do pretérito acabou não sendo analisada em vista da relativa concordância dos gramáticos com relação a ela. Ressalve-se apenas que autores como CPL e PCNUI ressaltam ser hoje a mesóclise desusada no Brasil e típica do português lusitano, enquanto MAP sequer a menciona.

3.7.1. AGK. Não menciona diretamente o caso das locuções verbais. Apenas se refere à restrição à ênclise diante de participios, que usualmente ocorrem nas locuções verbais, e afirma que “sempre é correto colocar um pronome átono depois de infinitivo não flexionado, mesmo nos casos em que se usa também a anteposição”, convindo ressaltar que o infinitivo não flexionado pode ocorrer tanto numa locução verbal como de forma isolada, em orações reduzidas (p. 143).

3.7.2. CCLC. Para os autores, “a próclise ao verbo principal nas locuções verbais” constitui uma das “características do português do Brasil” (pp. 307-8), ao lado da possibilidade de iniciar frases com pronomes átonos, entre outras.

3.7.3. CPL. Considera corretas as construções “com o chamado ‘pronome solto entre dois verbos’”, que qualifica como “tipicamente brasileiras”, em oposição às demais possibilidades contempladas pelas gramáticas, “mais próprias da norma lusitana” (p. 40).

3.7.4. EB. Reconhece como mais freqüente no português do Brasil, tanto na fala como na escrita, a próclise ao verbo principal, mas ressalva que “a gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo de o infinitivo está precedido de preposição: *Começou a lhe falar* ou *a falar-lhe*” (p. 590).

3.7.5. FPS. Com referência ao caso em que há partícula atrativa antes do verbo principal, observa, depois de apresentar as possibilidades tradicionalmente mais aceitas, que “tem sido cada vez mais comum ocorrer, nesses casos, a próclise com o verbo principal. Exemplo: Não posso *lhe* dizer nada.” (p. 207).

3.7.6. LAS. Reconhece que “no Brasil, com tempo composto ou locução verbal, a colocação preferida é no meio dos verbos, mesmo que haja fator de próclise” (p. 354).

3.7.7. MAP. Depois de observar que a próclise ao verbo principal – denominado pelo autor “núcleo do predicado” ou, simplesmente, “NdP” – “era condenada pelos gramáticos antigos”, termina por reconhecer que “a posição natural do clítico, quando o predicado é complexo [ou seja, composto por uma locução verbal], é a próclise ao NdP: precisamente a construção antigamente considerada incorreta” (p. 231).

3.7.8. NMA. Não trata o assunto de forma sistemática. Mesmo assim, com base nos vários itens em que o autor trata da colocação dos oblíquos com mais de um verbo, fica nítida a preferência pelas demais possibilidades de colocação nas locuções verbais, em detrimento da próclise ao verbo principal. Assim, quanto às locuções com particípio, afirma que “o pronome oblíquo deverá apoiar-se no verbo que antecede ao particípio” (p. 496).

Em outra passagem, num dos incontáveis casos particulares tão ao gosto do autor, ao tratar da colocação especificamente em locuções com infinitivo antecedido dos verbos “*dever, poder, querer, mandar, ir* e outros” (cabe a pergunta, quais outros?), afirma que “os clássicos preferiam” a colocação do pronome depois do infinitivo, e não solto entre os dois verbos. Um dos exemplos citados é “Ele deve pagar-me”, que seria preferível a “Ele deve me pagar” (p. 500).

3.7.9. PCNUI. Também afirma que “a tendência brasileira é colocar o pronome antes do verbo principal”. Observa que nesse caso o uso do hífen seria

“optativo”, e acrescenta que a grafia com hífen está mais de acordo com a fala lusitana, enquanto a forma sem hífen representa a fala brasileira. Os exemplos usados são, respectivamente, “Eu estou-lhes mostrando” e “Eu estou lhes mostrando” (p. 559).

Cabe ressaltar que, descontextualizada, essa explicação pode dar margem a mal-entendidos. Basta considerar a hipótese de acrescentar um “não” aos dois exemplos do autor. No primeiro caso, teríamos a ênclise ao auxiliar diante de palavra negativa, considerada problemática (para não usar a terrível palavra “incorreta”) pelo conjunto dos gramáticos (e, de qualquer modo, não usada no dia-a-dia). No segundo caso, teríamos uma colocação perfeitamente usual, já que, feita a opção pela próclise ao verbo principal, eventuais termos geradores de próclise antepostos ao verbo auxiliar deixam de ser relevantes.

3.7.10. RL. Afirma que “a interposição do pronome átono nas locuções verbais, sem se ligar por hífen ao auxiliar, é sintaxe brasileira que se consagrou na língua literária, a partir (ao que parece) do Romantismo” (p. 455).

3.7.11. Comentário. Depois de muitas divergências, evidencia-se aqui uma feliz convergência no sentido de aceitar a colocação que, de fato, é a mais freqüente no português do Brasil no caso de locuções verbais, ou seja, a próclise ao verbo principal, como em “Ela estava me contando uma história”. Seria ótimo se em outros pontos os gramáticos tivessem tido a mesma boa vontade com relação às opções de colocação que, mesmo não sendo as mais eruditas, acabaram sendo consagradas pelo uso – o pronome no início do período é o exemplo que vem imediatamente à memória.

A nota destoante fica por conta de NMA, que dá preferência à colocação predominante nos clássicos que lhe são tão caros...

3.8. Outras regras

Neste último tópico, em vez de considerar sistematicamente uma única regra, prefiro abrir espaço para regras citadas por poucos autores – muitas vezes, por apenas um. É mais uma forma de evidenciar as notáveis discrepâncias entre os gramáticos no que diz respeito às regras de colocação pronominal.

3.8.1. Orações coordenadas sindéticas. RL afirma que “a posição normal dos pronomes átonos é *depois* do verbo (ênclise)” e que isso ocorre, entre outros casos, “nas orações coordenadas sindéticas” (p. 451). Logo em seguida, ressalva que, “por puro arbítrio ou gosto”, pode ocorrer nessa situação também a próclise (p. 451).

3.8.2. Certas conjunções coordenativas aditivas e alternativas. NMA defende a próclise diante de conjunções aditivas e alternativas, especialmente aquelas que formam pares correlativos: *nem, não, só... mas, também, que, ou... ou, já... já..., quer... quer...*, etc. (p. 494). CCLC também menciona a tendência a próclise nas orações alternativas, e seus exemplos trazem a repetição da conjunção (p. 304).

3.8.3. Formas verbais proparoxítonas. LAS é o único a mencionar a restrição à ênclise diante de formas verbais proparoxítonas, e dá como exemplo formas da

primeira pessoa do plural no imperfeito do indicativo: “Nós o censurávamos e nunca lhe obedecíamos” (p. 355).

3.8.4. Imperativo afirmativo. De acordo com FPS, usa-se a ênclise com o imperativo afirmativo, desde que não precedido de palavra atrativa (p. 207).

3.8.5. Objeto direto ou predicativo em início de oração. CCLC afirma que “a língua portuguesa tende à próclise” entre outros casos, “quando a oração, disposta em ordem inversa, se inicia por objeto direto ou predicativo” (p. 304). Um dos exemplos citados é “A grande notícia te dou eu”²⁰.

3.8.6. Pronomes substantivos. Como já mencionado em 3.6.6, LAS é o único a considerar a próclise a colocação preferível diante de qualquer pronome substantivo.

3.8.7. Pronomes demonstrativos. FPS menciona os pronomes demonstrativos entre as palavras atrativas que causam a próclise (p. 207).

3.8.8. Sintagmas nominais acompanhados de predeterminantes. Ao tentar fazer um inventário de “itens atrativos” presentes nas gramáticas, MAP menciona essa categoria, e cita como exemplos “todos os rapazes, ambos os rapazes” (p. 231). Após apresentar esses e outros termos (alguns dos quais já mencionados, como em 3.6.5) o autor afirma de maneira bastante realista: “A única maneira de decidir quais desses itens realmente exercem atração é fazer levantamentos nos textos, assim como testes com pessoas que dominam o padrão” (p. 232).

²⁰ Esse caso faz lembrar o “elemento topicalizado” a que se refere MAP em 3.1.7. Ocorre que naquela passagem este último autor dá um exemplo em que ocorre vírgula, e inclui a regra entre as restrições à próclise, enquanto aqui CCLC não marca o elemento deslocado por vírgula e considera a próclise freqüente ou mesmo recomendável.

3.8.9. Comentário. A variedade de regras ficou aqui bastante evidenciada. Não é o caso de questionar o acerto ou o equívoco de cada uma delas (embora uma generalização como a mencionada em 3.6.6 e 3.8.6 pareça pouco produtiva), mas sim de demonstrar que as notáveis diferenças de autor para autor constituem um motivo bastante razoável para questionar as razões de tantas divergências, o que buscarei fazer na conclusão deste trabalho.

CONCLUSÃO

Conforme esperado, a análise das dez gramáticas escolhidas revelou evidentes disparidades no tratamento dado às regras de colocação pronominal. Há um ditado segundo o qual “quem tem um relógio sempre sabe que horas são; quem tem dois nunca tem certeza”. A situação resultante da análise não fica muito distante disso.

No caso da colocação dos pronomes átonos no interior das orações subordinadas, por exemplo, em algumas circunstâncias quem consultar mais de uma gramática poderá ficar em sérias dúvidas quanto ao acerto ou não de uma determinada construção (ver 3.1.11). A mesma afirmação pode ser feita a respeito da próclise determinada pelos pronomes e advérbios interrogativos, ou no interior das orações e frases interrogativas (ver 3.4.11).

Também se mostra variável o grau de aceitação de uma colocação já consagrada pelo uso, como o uso do pronome átono em início de período. As atitudes das gramáticas consultadas vão desde a pura e simples condenação dessa possibilidade ao reconhecimento de que se trata de um dos traços característicos do português do Brasil, ao menos na linguagem falada (ver 3.2).

Essa variação no tratamento dado ao assunto por parte dos diferentes autores está relacionada às discrepâncias evidentes entre as prescrições da norma-padrão mais conservadora, ainda apegada ao padrão lusitano, e o uso corrente entre os falantes das variantes mais prestigiadas do português no Brasil. A

consideração do conjunto das regras – e dos exemplos utilizados pelos autores – aponta no sentido de que a próclise vem se afirmando como a colocação preferencial no português do Brasil, e as dúvidas e hesitações surgem quando se busca determinar em quais contextos a ênclise seria admissível. Para amparar suas conclusões, os autores acabam invariavelmente se valendo de exemplos um tanto quanto antiquados.

Vale a pena retomar aqui a observação de Perini ao final de 3.8.8. Se a fixação dos “itens atrativos” e, de uma forma mais geral, das próprias regras de colocação pronominal se baseasse em “testes com pessoas que dominam o padrão”, é bem possível que a ênclise acabasse sendo considerada um arcaísmo equivalente à mesóclise. Já se fosse utilizada a outra sugestão do autor, “levantamentos nos textos”, seria preciso considerar, antes de mais nada, que textos seriam esses. Caso sejam os textos técnicos e jornalísticos mencionados em Perini (2005), certamente, devido ao grau de policiamento a que esses tipos de texto costumam ser submetidos, a ênclise ganharia uma sobrevida.

De qualquer modo, considero insuficiente essa caracterização da norma-padrão brasileira com base puramente na linguagem jornalística e técnica. Muito embora seja evidente que, ao reconhecer a língua culta escrita, alguma importância há de ser dada aos textos, não se pode descuidar de tendências bastante enraizadas na modalidade falada do português do Brasil, mesmo nas variantes prestigiadas. Assim, o resultado de pesquisas como o Projeto NURC, voltadas para a identificação das variantes mais prestigiadas tais como usadas pelos seus falantes, deve ser um componente indispensável na formulação dos preceitos da norma-padrão, de forma que o prescritivo e o real – ou, para retomar Bagno, o

dever-ser e o ser – se aproximem um pouco mais no que diz respeito à língua portuguesa usada no Brasil.

A título de conclusão, vale a pena recordar aqui o belíssimo poema de João Cabral de Mello Neto (MELLO NETO, 1994, p. 595) intitulado *O ferrageiro de Carmona*, que está transcrito integralmente no Anexo 2. Nesse poema, o ferrageiro traça para o poeta a comparação entre o trabalho com ferro fundido e com ferro forjado – este último, de sua preferência. Todo o poema, aliás, consiste no elogio ao ferro forjado, que exige trabalho e criatividade, e numa crítica à solução fácil e repetitiva que o ferro fundido representa. Numa certa altura, o ferrageiro afirma:

Só trabalho em ferro forjado
que é quando se trabalha ferro
então, corpo a corpo com ele,
domo-o, dobro-o, até o onde quero.

Esse “até o onde quero”, com uma colocação nada usual do pronome átono, reflete a liberdade expressiva da poesia, mas pode ser também um indício do quanto se ganharia com uma atitude mais tolerante com relação ao que aos olhos de uma tradição gramatical que se recusa a atualizar a norma-padrão parecem erros e desvios, mesmo que sejam recorrentes e estejam presentes no dia-a-dia do uso lingüístico dos falantes das variantes prestigiadas.

O poema se encerra com a seguinte estrofe, uma verdadeira profissão de fé em favor da criatividade, da originalidade, da inovação:

Forjar: domar o ferro à força,
Não até uma flor já sabida,
Mas ao que pode até ser flor
Se flor parece a quem o diga.

Talvez seja o momento de forjar essa nova flor – flor do Lácio, é irresistível
lembrar – a partir da linguagem efetivamente usada pelos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ANDRADE, O. **Seleção de Textos**. São Paulo: Nova Cultural, 1998. Disponível em <http://www.coc.com.br/enem2001/provas_00_simulado.asp>. Acesso em 9/10/2006.

BAGNO, M. **A Norma Oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Norma Lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Lingüística da Norma**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz**. 30. ed. São Paulo: Loyola, 2004b.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CALDAS AULETE, F. J. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Delta, 1964.

CIPRO NETO, P. & INFANTE, U. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, C. & LINDLEY CINTRA, L. F. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUBOIS, J. *et. al.* **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1997.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLICK, UWE. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GASKELL, G. & MARTIN, B. **Pesquisa Quantitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUFT, C. P. **Dicionário Prático de Regência Verbal**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.

KURY, A. G. **Português Básico**: gramática, antologia, exercícios. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MONTEIRO LOBATO, J. B. "**Negrinha**". São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em < http://www.quemtemsedevenha.com.br/colocador_de_pronomes.htm > Acesso em 9/10/2006.

MATTOSO CÂMARA JR., J. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MELO NETO, J. C. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

PERINI, M. A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Para uma Nova Gramática do Português**. São Paulo: Ática, 2005.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

SACCONI, L. A. **Gramática Essencial Ilustrada**. São Paulo: Atual, 1994.

SAVIOLI, F. P. **Gramática em 44 Lições**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1985.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se Lindos Filhotes de Poodle**: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

VERISSIMO, L. F. **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001. Disponível em <<http://www.weblinguas.com.br/licaav.asp?offset=60&Codigo=177>> Acesso em 9/10/2006.

ANEXO 1

Pequena “antologia pronominal”

Três textos críticos às regras de colocação pronominal, usados com frequência em livros didáticos e exames vestibulares.

PRONOMINAIS

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

(ANDRADE, 1998)

O COLOCADOR DE PRONOMES [trecho]

(...)

O mundo estava perdido e os homens, sobre maus, eram impenitentes. Não havia desviá-los do ruim caminho, e ele, já velho, com o rim a rezingar, não se sentia com forças para a continuação da guerra.

— Não hei de acabar, porém, antes de dar a prelo um grande livro, onde compendie a muita ciência que hei acumulado.

E Aldrovando empreendeu a realização de um vastíssimo programa de estudos filológicos. Encabeçaria a série um tratado sobre a colocação dos pronomes, ponto onde mais claudicava a gente de Gomorra.

Fê-lo, e foi feliz nesse período de vida em que, alheio ao mundo, todo se entregou, dia e noite, à obra magnífica. Saiu trabuco volumoso, que daria três tomos de 500 páginas cada um, corpo miúdo. Que proventos não adviriam dali para a lusitanidade! Todos os casos resolvidos para sempre, todos os homens de boa vontade salvos da gafaria! O ponto fraco do brasileiro falar resolvido de vez! Maravilhosa coisa...

Pronto o primeiro tomo — Do pronome Se — anunciou a obra pelos jornais, ficando à espera da chusma de editores que viriam disputá-la à sua porta. E por uns dias o apóstolo sonhou as delícias da estrondosa vitória literária, acrescida de gordos proventos pecuniários.

Calculava em oitenta contos o valor dos direitos autorais, que, generoso que era, cederia por cinqüenta. E cinqüenta contos para um velho celibatário como ele, sem família nem vícios, tinha a significação duma grande fortuna. Empatados em empréstimos hipotecários, sempre eram seus quinhentos mil réis por mês de renda, a pingarem pelo resto da vida, na gavetinha onde, até então, nunca entrara pelega maior de duzentos. Servia, servia!... E Aldrovando, contente, esfregava as mãos, de ouvido alerta, preparando frases para receber o editor que vinha vindo...

Que vinha vindo mas não veio, ai!... As semanas se passaram sem que nenhum representante dessa miserável fauna de judeus surgisse a chatinar o maravilhoso livro.

— Não me vêm a mim? disse ele. Salta rumor! Pois me vou a eles!

E saiu em via sacra, a correr todos os editores da cidade. Má gente! Nenhum lhe quis o livro sob condições nenhuma. Torciam o nariz, dizendo: "Não é vendável"; ou: "Por que não faz antes uma cartilha infantil aprovada pelo governo?"

Aldrovando, com a morte n'alma e o rim dia a dia mais derrancado, retesou-se nas últimas resistências.

— Fá-la-ei imprimir à minha custa! Ah, amigos! Aceito o cartel. Sei pelejar com todas as armas e irei até ao fim. Bofe!...

Para lutar era mister dinheiro e bem pouco do vilíssimo metal possuía na arca o alquebrado Aldrovando. Não importa! Faria dinheiro, venderia móveis, imitaria Bernardo de Pallissy, e não morreria sem ter o gosto de acaçapar Gomorra sob o peso de sua ciência impressa. Editaria, ele mesmo, um por um, todos os volumes da obra salvadora.

Passou esse período de vida alternando revisão de provas com padecimentos renais. Venceu. O livro compôs-se, magnificamente revisto, primoroso na linguagem como não existia igual.

Dedicou-o a Fr. Luís de Sousa:

À memória daquele que me sabe as dores — O autor.

Mas não quis o destino que o já trêmulo Aldrovando colhesse os frutos de sua obra. Filho dum pronome impróprio, a má colocação de outro pronome lhe cortaria o fio da vida.

Muito corretamente havia escrito na dedicatória :...daquele que me sabe... e nem poderia escrever de outro modo um tão conspícuo colocador de pronomes. Maus fados intervieram, porém — até os fados conspiram contra a língua! — e, por artimanha do diabo que os rege, empastelou-se na oficina esta frase. Vai o tipógrafo e recompõe-na a seu modo... daquele que sabe-me as dores... E assim saiu nos milheiros de cópias da avultada edição.

Mas não antecipemos.

Pronta a obra e paga, ia Aldrovando recebê-la, enfim. Que glória! Construía, finalmente, o pedestal da sua própria imortalidade, ao lado direito dos sumos cultores da língua.

A grande idéia do livro, exposta no capítulo IV — Do método automático de bem colocar os pronomes — engenhosa aplicação duma regra mirífica, por meio

da qual até os burros de carroça poderiam zurrar com gramática operária como o "914" da sintaxe, limpando-a da avariose produzida pelo espiroqueta dos pronomococus.

A excelência dessa regra estava em possuir equivalentes químicos de uso na farmacopéia alopata, de modo que a um bom laboratório fácil lhe seria reduzi-la a ampolas para injeções hipodérmicas, ou a pílulas, pós ou poções para uso interno.

E quem se injetasse ou engolissem uma pílula do futuro PRONOMINOL CANTAGALO curar-se-ia para sempre do vício, colocando os pronomes instintivamente bem, tanto no falar como no escrever. Para algum caso de pronomorréia aguda, evidentemente incurável, haveria o recurso do PRONOMINOL N.º 2, onde entrava a estriquinina em dose suficiente para libertar o mundo do infame sujeito.

Que glória! Aldrovando prelibava essas delícias todas quando lhe entrou pela escada a dentro a primeira carroçada de livros. Dois brutamontes de mangas arregaçadas empilharam-nos pelos cantos, em rumas que lá se iam; e concluso o serviço um deles pediu:

— Me dá um matabicho, patrão!...

Aldrovando severizou o semblante ao ouvir aquele "Me" tão fora dos mancais, e tomando um exemplar da obra ofertou-o ao "doente":

— Toma lá. O mau bicho que tens no sangue morrerá asinha às mãos deste vermífugo. Recomendo-te a leitura do capítulo sexto.

O carroceiro não se fez rogar; saiu com o livro, dizendo ao companheiro:

— Isto no "sebo" sempre renderá cinco tostões. Já serve...

Mal se sumiram, Aldrovando abancou-se à velha mesinha de trabalho e deu começo à tarefa de lançar dedicatórias num certo número de exemplares destinados à crítica. Abriu o primeiro, e estava já a escrever o nome de Rui Barbosa, quando seus olhos deram com a horrenda cinca: "*daquele QUE SABE-ME as dores*".

— Deus do céu! Será possível?

Era possível. Era fato. Naquele, como em todos os exemplares da edição, lá estava, no hediondo relevo da dedicatória a Fr. Luís de Sousa, o horripilantíssimo — *QUE SABE-ME...*

Aldrovando não murmurou palavra. De olhos muito abertos, no rosto uma estranha marca de dor — dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia - permaneceu imóvel uns momentos.

Depois, empalideceu. Levou as mãos ao abdômen e estorceu-se nas garras de repentina e violentíssima ânsia.

Ergueu os olhos para Frei Luís de Sousa e murmurou.

— *Luís! Luís! Lamma Sabachtani!*

E morreu.

De quê, não sabemos — nem importa ao caso. O que importa é proclamarmos aos quatro ventos que com Aldrovando morreu o primeiro santo da gramática, o mártir número um da Colocação dos Pronomes.

Paz à sua alma.

(MONTEIRO LOBATO, 1994)

PAPOS

- Me disseram...
- Disseram-me.
- O correto é "disseram-me". Não "me disseram".
- Eu falo como eu quero. E te digo mais... Ou é "digo-te"?
- O quê?
- Digo-te que você...
- O "te" e o "você" não combinam.
- Lhe digo?
- Também não. O que você ia me dizer?
- Que você está sendo grosseiro, pedante e chato. E que eu vou te partir a cara. Lhe partir a cara. Partir a sua cara. Como é que se diz?
- Partir-te a cara.
- Pois é. Parti-la hei de, se você não parar de me corrigir. Ou corrigir-me.
- É para o seu bem.
- Dispensio as suas correções. Vê se esquece-me. Falo como bem entender. Mais uma correção e eu...
- O quê?
- O mato.
- Que mato?
- Mato-o. Mato-lhe. Mato você. Matar-lhe-ei-te. Ouviu bem?
- Eu só estava querendo...
- Pois esqueça-o e pára-te. Pronome no lugar certo é elitismo.
- Se você prefere falar errado.
- Falo como todo o mundo fala. O importante é me entenderem. Ou entenderem-me?
- No caso... não sei.
- Ah, não sabe? Não o sabes? Sabes-lo não?
- Esquece.

— Não. Como "esquece"? Você prefere falar errado? E o certo é "esquece" ou "esqueça"? Ilumine-me. Me diga. Ensine-lo-me, vamos.

— Depende.

— Depende. Perfeito. Não o sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesses, mas não sabes-o.

— Está bem, está bem. Desculpe. Fale como quiser.

— Agradeço-lhe a permissão para falar errado que me dás. Mas não posso mais dizer-lo-te o que dizer-te-ia.

— Por quê?

— Porque, com todo este papo, esqueci-lo.

(VERISSIMO, 2001)

ANEXO 2

Poema de João Cabral de Melo Neto

Utilização expressiva da colocação pronominal no último verso da segunda estrofe.

O FERRAGEIRO DE CARMONA

Um ferrageiro de Carmona,
que me informava de um balcão:
"Aquilo? É de ferro fundido,
foi a forma que fez, não a mão.

Só trabalho em ferro forjado
que é quando se trabalha ferro
então, corpo a corpo com ele,
domo-o, dobro-o, até o onde quero.

O ferro fundido é sem luta
é só derramá-lo na forma.
Não há nele a queda de braço
e o cara a cara de uma forja.

Existe a grande diferença
do ferro forjado ao fundido:
é uma distância tão enorme
que não pode medir-se a gritos.

Conhece a Giralda, em Sevilha?
De certo subiu lá em cima.
Reparou nas flores de ferro
dos quatro jarros das esquinas?

Pois aquilo é ferro forjado.
Flores criadas numa outra língua.
Nada têm das flores de forma,
moldadas pelas das campinas.

Dou-lhe aqui humilde receita,
Ao senhor que dizem ser poeta:
O ferro não deve fundir-se
nem deve a voz ter diarreia.

Forjar: domar o ferro à força,
Não até uma flor já sabida,
Mas ao que pode até ser flor
Se flor parece a quem o diga.

(MELO NETO, 1994, p. 595)